

REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DO USO DA LITERATURA NO ENSINO DE HISTÓRIA¹

Silvera Vieira de Araújo²

Manuela Aguiar Araújo de Medeiros (orientadora)

INTRODUÇÃO

Estendendo o discurso literário enquanto prática cultural que atua na representação do mundo do mundo social, faz-se pertinente sua utilização como fonte de investigação histórica e, sobretudo, como recurso didático no ensino de História. A partir das discussões feitas na disciplina Prática Pedagógica III e da pesquisa bibliográfica, objetiva-se contribuir para a crescente discussão em torno das possibilidades de uso da literatura no ensino História, uma vez que a relação histórica e literatura no âmbito de perspectivas e desafios nos levam a questionar: quais as possibilidades de uso do discurso literário na prática de ensino de História? Para responder tal questionamento faz-se relevante analisar a postura teórica dos estudos culturalistas acerca da relação história e literatura, que permeia a idéia de representação.

A LITERATURA NO ENSINO DE HISTÓRIA.

A partir da percepção da literatura como prática cultural que participa produção de sentidos sobre o mundo, faz-se pertinente compreender a noção de literatura que tem justificado a crescente utilização desta no âmbito da investigação histórica, sobre isto, Jonatham Culler (1999) procura definir literatura a partir de eixos centrais como a linguagem no qual concebe “Literatura é linguagem que coloca em primeiro plano a própria linguagem: torna-a estranha...” (p.35). Sendo uma linguagem organizada a partir dos ritmos, sintaxe, sons, rimas para atrair a atenção para as estruturas lingüísticas. A literatura pode ser entendida como integração da linguagem “nas quais os diversos elementos e componentes do texto entram numa relação complexa...” (p.36). Neste sentido, podemos observar por exemplo às relações entre sentido e som.

A literatura como ficção é percebida por Culler quando cita que “as obras literárias se referem a indivíduos imaginários e não históricos” (p37). Assim seus personagens podem

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Usos da Literatura Pela História: Fontes, Fatos e Narrativas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

emitir visões de mundo diferente do autor, pois a relação entre o que fala os personagens e o que pensa o autor dependerá da interpretação do leitor.

A percepção da literatura como objeto estético, revela sua função estética da linguagem, sendo importante segundo Culler por que o texto bem produzido esteticamente consegue chamar a atenção do leitor, fazendo-o perceber a inter-relação entre forma e sentido. E, mais o mesmo autor concebe a literatura como construção intertextual ou auto-reflexiva ao mostrar que “ler algo como literatura é considerá-lo como um evento lingüístico que tem significado em relação a outros discursos...” (p.40). A interpretação de uma obra literária depende do conhecimento prévio que se tem de outras obras, pois uma obra é produzida a partir de outras obras.

Literatura é segundo Culler (1999): “É ruído da cultura assim como sua informação. É uma força entrópica assim como um capital. É uma escrita que exige uma leitura e envolve os leitores nos problemas de sentido.” (p.47). Evidencia na expressão a idéia de texto literário como produto cultural que atua na fabricação de valores que são circulados no meio social a partir do uso que se faz deste.

Michel Foucault nos apresenta também uma versão possível sobre literatura e nisto comenta que:

“Esses signos pelos, reais pelos quais, cada palavra, cada frase indica que pertencem á literatura, é o que a crítica recente chama, desde Barthes, de escrita. A escrita faz de toda obra como que uma pequena representação, algo como modelo concreto da literatura. Ela detém a essência da literatura, mas dá ao mesmo tempo sua imagem visível, real...” (FOUCAULT, 2001, P.146).

A partir disto, o autor demonstra o discurso literário pode ser entendido como escrita que produz representações sobre o objeto real e que ao mesmo este objeto é criado na narrativa literária a partir da interpretação que os leitores fazem dos textos. Considera-se a literatura não como representação objetiva da realidade; mas, discursos, que segundo Machado (2001), são, “...práticas, que formam sistematicamente os objetos de que eles falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é utilizar estes signos para designar coisas ...” (P.119).

Isto, evidencia os efeitos de real que possui a escrita literária, pois os signos parte constituintes dos discursos atuam na designação dos seres a qual se referem.

Por tanto, a literatura no campo das novas abordagens culturalistas tem sido alvo constante de resignificação quando se percebe os múltiplos conceitos possíveis sobre esta e, embora diferentes; observamos a questão da escrita que produz sentidos e visões de mundo como característica comum à literatura.

O que se entende por História Cultural, como define Lynn Hunt, no final dos anos 80, não se constitui como único paradigma teórico e metodológico, pois diferentes são as posturas

entre historiadores como Roger Chartier, Robert Darton e Carlos Guinzburg, que em princípio trabalharam com os sentidos constituídos pelos homens do passado para explicar o mundo. Estas produções historiográficas são denominadas de culturalistas, por realizar o estudo das práticas culturais para compreensão do real em sua complexidade e como nos lembra Pesavento (2003) “... trata-se, antes de tudo de pensar de a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (p. 15).

Neste sentido, objetiva-se problematizar o real, a partir da elaboração de discursos sobre as práticas culturais, que distante da visão naturalizante, são construídas no contexto social e histórico específico, o que possibilita sua reconceitualização, pela carga de historicidade que carrega algo identificado nas palavras de Simone Luci (2000): “... a cultura surge assim entendida, entre as novas acepções, referindo-se a uma teia de significações coletivas enraizadas nas sociedades, que se expressam por formas simbólicas de ser e de agir” (p. 10).

Esta percepção de cultura como prática que atua na produção de sentidos sobre o mundo e ao mesmo tempo, representar as formas de pensamento, sentimentos e valores que perpassam a experiência humana no mundo, tem justificado a crescente relação entre a narrativa literária e os estudos culturalistas, que busca compreender como as produções culturais operam na construção de identidades sociais.

Percebe-se, então cultura como tradução da experiência humana, por manter uma correlação de significado com o real, que dá significância à existência humana ao se pontuar como representação social. Neste contexto, visualiza-se a literatura (Romance, Poesia, Cordel, Crônica etc) enquanto produto cultural produzido por atores sociais que deixam transparecer valores, crenças, subjetividades captadas do meio social, sendo as percepções do vivido estetizadas no texto literário. Por outro lado, o escritor enquanto sujeito dinâmico expõe no texto seus próprios códigos culturais e suas visões de mundo.

Atentando para as intencionalidades do discurso literário, percebe que atua na construção de representações sociais historicamente localizadas, que comumente contribuir para a fixação de valores, visões de mundo, e até preconceitos no imaginário social, quando essas representações são reafirmadas ao longo do tempo, ao imprimir no universo cotidiano das pessoas formas de ser, de agir e de ver o mundo.

A apropriação do discurso literário pelos pesquisadores e professores de História advém da percepção de que a literatura permite visualizar a realidade histórica, mas que é passível de problematização por está carregada de subjetividades do autor, não se pontuando como representação objetiva da realidade, mas como território de práticas culturais que dá a ver os sentidos ocultos de uma dada realidade, desde que o historiador formule questões. A relação entre história e literatura, resolve-se no plano epistemológico mediante

aproximações e distanciamentos, isso, porque ambas se apresentam como discursos possíveis sobre o mundo social, mas se diferenciam quanto às estratégias discursivas utilizadas; a primeira por falar do que um dia aconteceu, a segunda por não ter preocupação com a verdade falar do que poderia ter acontecido, em fim aposta na ficção para falar do real.

Visualizar o discurso literário enquanto prática cultural que atua na representação do mundo social, faz-se pertinente sua utilização como fonte de investigação histórica, pois a história constitui um dentre uma série de discursos que produz sentidos á respeito do mundo. Embora esses discursos não atuem na fabricação do mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho do mundo que é o objeto a qual se pretende investigar é no caso da história o passado.

Tendo, neste contexto a idéia de história como discurso que atribui significados ao mundo social, podemos evidenciar seu diálogo com a literatura e perceber como são móveis as fronteiras que separam as duas práticas discursivas. A emergência dos estudos culturalistas no âmbito da história significou uma renovação epistemológica sedimentada no conceito de representação, que fundamenta novas abordagens nas pesquisas historiográficas entre elas; a relação história e literatura, quando a cultura se torna objeto de interesse do historiador ao se pontuar como nos fala Simone Luci (2000): "...entre as novas acepções, referindo-se a uma teia de significados coletivas enraizadas nas sociedades, que se expressam por formas simbólicas de ser e de agir."(p.10).

Percebe-se a cultura como tradução da experiência humana, por manter uma correlação de significados com o real, que dá significância à existência humana sendo representação de uma realidade histórica, produzida por atores sociais que estetizam no texto percepções do vivido, instaurando formas de ser, pensar, agir e ver o mundo. A literatura percebida no romance, poesia, crônica, prosa, cordel e, etc; é tida como fonte histórica na medida em responde as questões formuladas pelos historiadores tais como: por quem foi produzida? Qual a finalidade de sua produção? Para quem está se dirigindo? Qual o seu momento histórico? De que forma nos ajuda a compreender a história de outras épocas ?.

Esses e outros questionamentos precisam ser levados em consideração quando se utiliza a literatura na pesquisa historiográfica, pois como já foi citado o discurso literário é produto do seu tempo e das subjetividades de quem o produz. Por tanto, não fala com objetividade da realidade a qual se refere. O uso da literatura na produção histórica resulta da percepção que esta atua na construção de representações sociais historicamente localizadas e, que comumente contribuir para a fixação de valores, visões de mundo e até preconceitos no imaginário social, isso quando essas representações são reafirmadas ao longo do tempo.

Por tanto, é interessante postular o diálogo possível entre a história e literatura, desde que se atente para a especificidade de cada uma, em fim, fazer essa abordagem constitui-se como um duplo desafio, pois é preciso ter manejo teórico com as duas áreas do conhecimento.

Assim, a relação História e Literatura é possível, quando se entende o conceito de representação postulado pela História cultural sendo categoria central que demarca a virada epistemológica trazida pelos estudos culturalistas no sentido, “Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente, é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central, é, pois, a da substituição sensível uma presença” (PESAVENTO, 2003, P. 40).

A idéia de representação se configura como um dos elementos centrais, postulado pela história cultural, que demarca a virada epistemológica da história, no sentido de compreensão do mundo social a partir dos discursos, imagens, ritos, signos, instituições; produzidas pelos homens em sociedade para conferir sentido à sua existência, e ao mundo que o cerca.

O entendimento do real passa pela problematização dessas construções simbólicas chamadas de representações por se colocar no lugar do objeto representado o que faria da história, neste contexto representações possíveis sobre o passado, pois há um consenso dentro entre os teóricos da história de que o historiador não consegue recuperar o passado em sua totalidade, mas apenas fragmentos destes

Concebe-se, então que o historiador não é capaz de resgatar o passado em sua totalidade por que os vestígios que chegam até ele são filtrados pelas visões de mundo de quem os produziram, e o que este pode fazer é interpretar esses filtros a partir de seu lugar social, de suas vontades de verdades, e; principalmente das questões que o presente coloca. Isso, demonstra a fragilidade epistemológica da história, que não mais se apresenta como espaço de enunciação de verdades como postulava os metódicos.

A quebra da idéia de conhecimento objetivo da história será importante na reafirmação entre os historiadores da concepção de representação semelhante à “...estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna possível uma presença.” (PESAVENTO, 2003, P.40).

Entre os estudos culturalistas, pode-se perceber o conceito de representação como construção de formas simbólicas expressas, por meio de danças, músicas, desenhos, discursos, entre eles o literário que estabelecem uma relação de significação com o objeto representado e não uma cópia fiel do objeto, por isso as práticas culturais pontuam-se como elementos representativos de uma realidade, dignas de investigação pelos historiadores.

A literatura neste contexto, vista como produto cultural que tendo um papel importante tradução de uma realidade, terá sua utilização na produção historiográfica justificada na medida em que permite problematizar o real que se objetiva estudar. Claro que as representações presentes na literatura resultam de processos de exclusão, reconhecimento, identificação e etc; isso por que a obra literária exclui algumas visões de mundo, o leitor reconhece o que está sendo representado, e às vezes muitas das representações são estereotipadas, quando o autor põe no texto visões equivocadas sobre o objeto.

Estudam-se as práticas culturais como território privilegiado de lutas de representações, pois cada grupo social tenta enunciar uma verdade (ou a sua verdade) e isto resulta na exclusão dos saberes de outro grupo social, e como nos fala Bourdieu (1989):

“...são objectos (sic) de representações mentais, quer dizer, de actos (sic) de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais(sic), em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.)ou em actos(sic), estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores...”(p.112).

É interessante pontuar as relações de poder e saber que perpassam a produção e circulação de representações, e como estas se constituem forças geradoras de práticas sociais, justamente por que são manifestações simbólicas que remetem á processos cognitivos de reconhecimento, ou seja há a apreciação e a percepção do que é representado, pelos membros do meio social em que as representações são produzidas.

A idéia de representação passa ótica de algo que é evocado em um contexto social, e ao mesmo tempo essa evocação passa por um processo de reconhecimento mental. E, nisto o discurso literário atuando na tradução de uma realidade, gera formas de pensar e ver o mundo, claro que nem sempre o que estetizado no texto pelo autor é absorvido pelo leitor, estes podem não se identificar com o que está sendo representado. Isso nos leva a questionar o que representa e de que forma a obra literária representa tal contexto.

O conceito de representação torna problematizante o conhecimento histórico e o discurso literário, uma vez que ambos têm por significado a tradução da realidade, e nisto se aproxima, mas divergem quanto às estratégias discursivas utilizadas, no primeiro caso prevalece versões possíveis sobre o real, já no caso da literatura não se tem a preocupação em relatar a verdade do acontecimento, temos então à ligação com a ficção.

Os estudos culturalistas e o seu conceito de representação têm servido de alicerce teórico não só para os pesquisadores, mas também para os professores de História que tem refletido sobre as fontes históricas, vendo-as não só como a configuração verídica sobre o passado, assim segundo Stephahou (1988).

“História como construção discursiva, como trabalho que constitui o objeto de investigação que constrói os dados históricos, como forma cultural, através da qual os homens na contemporaneidade se relaciona com seus eventos e com o passado. Uma forma de conhecimento, uma escrita e não ação” (p. 19).

As fontes históricas e o próprio conhecimento histórico passam pelo momento de questionamento e de reconceitualização, onde se quebra na verdade, o paradigma absoluto pretendida pela postura tradicional de pesquisa e ensino de História, contribuindo para emergência de novos objetos, correntes e fontes no âmbito da pesquisa historiográfica que tem afetado a prática de ensino de História, quando muitos professores têm-se voltado para as questões religiosas, culturais, artísticas e da vida cotidiana, e utilizando como recurso didático produtos culturais como a música, imagens, filmes HQS e o discurso literário ao significá-los como fonte possível para o entendimento da realidade histórica. Isto a partir da percepção de que os produtos culturais enquanto parte da vivência dos alunos, tem introjetados visões de mundo e valores no imaginário dos alunos, chegando a cristalizar preconceitos, principalmente em relação às representações sobre minorias étnicas, sexuais e sociais.

Neste sentido, faz-se pertinente historicizar e problematizar esses produtos culturais significados pelos professores como recursos didáticos, para que os alunos saibam refletir sobre as intencionalidades que perpassam sua produção e circulação. Sendo a reflexão realizada em sala de aula, favorecendo a participação dos alunos, tornando o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmicos.

É visível a crescente apropriação dos produtos culturais como recursos didáticos pelos professores, no qual se pode visualizar o uso da literatura no ensino de História, como resultado das inovações na postura teórica no campo da epistemologia da História acerca da relação História e Literatura, possibilitando pensar as formas de uso do discurso literário no ensino de História, algo fundamentada na fala de Freitas (1986):

“Por meio de um arranjo literário, os elementos históricos vão ser redistribuídos num conjunto fictício, que se transforma em algo diferente do universo social de onde foram extraídos: ao criar uma história, com personagem e situações dramáticas, o autor tentará passar uma visão pessoal do universo – que não é de forma alguma cópia da realidade, mas sim interpretações, acontecimentos relacionadas à História...” (p. 7)

A importância da utilização do material literário como recurso didático no ensino de História pontua-se por este apresentar elementos históricos na sua composição, mesclado à ficção, havendo um diálogo entre as duas áreas tornando possível um trabalho interdisciplinar a partir da literatura, quando o professor de história e o de literatura poderão se aliar na análise discursiva sobre a obra, o primeiro ficando responsável pelo aspecto histórico e o professor de literatura se deteria na sua especialidade. A questão da interdisciplinaridade é

algo recomendado pelos PCNs e seria interessante que o estudioso das obras indicadas pelo vestibular fossem analisada por esse viés para que os alunos compreendessem as obras literárias no sentido mais amplo e não fragmentado pelo estudo direcionado ao campo literário. Além disso, o ensino interdisciplinar favorece a discussão, em sala de aula e a conseqüente motivação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Chartier (1982), pensa: “a literatura cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar no mundo como em diferentes lugares e em momentos, uma determinada realidade é construída e pensada, dada a ler” (p. 16).

Assim dentro deste quadro teórico, o uso do texto literário traz a possibilidade de uma reflexão coletiva em sala de aula sobre a temática abordada, a partir de diversas obras que permitem entender como as sociedades passadas em diferentes temporalidades e espacialidades construíram suas representações. Assim o ensino de História vai utilizar-se de várias fontes, uma vez que nesta onda de reflexões sobre as fontes e significados como recurso didático, o próprio livro didático passa a ser visto como produto cultural e comercial, que no jogo de inclusão e exclusão, tem seu caráter seletivo, retirando seu ideal de expressão absoluta da verdade sobre o real, devendo ser problematizado.

O ensino de História passa a ser questionado, no sentido de que a repetição, memorização de conteúdos, ou seja, a reprodução dos saberes contido nos livros didáticos não se enquadra na perspectiva teórica da disciplina e nem na postura pós-crítica do currículo que tem enfatizado a construção discursiva do conhecimento. Além do mais, essa postura de ensino considerada tradicional, tem sido criticada quando se aposta na perspectiva do ensino baseado na idéia sócio-construtivista, em que o aluno não se torna um mero receptor de conhecimento, mas atua na construção deste.

O uso da literatura e de outras linguagens no ensino de História, trás a possibilidade de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico elevando o interesse dos alunos, mas estes por si só não irão resolver o problema da crise do ensino expresso em desinteresse, evasão e repetência, pois segundo Marcos Napolitano (2003):

“...devemos ter cuidados com modelos prontos de uso de novas linguagens na sala de aula. O importante é que valendo-se de sistematização básica e de troca constante de experiências, todo professor e toda escola criem seus próprios mecanismos e procedimentos e, mais importante ainda, reflitam coletivamente sobre eles” (P. 16).

Concebe-se então, que o professor de História tendo a carga teórica de manuseio desses produtos culturais, em especial do discurso literário, estabeleça os objetivos a ser atingido com sua utilização, quanto articulados a temática vista em sala de aula. A discussão feita pelo professor de História gira em torno da contextualização histórica da narrativa literária, problematizando-a enquanto produto cultural que tem sua fabricação engendrada pelas

intencionalidades do autor no qual se observa o seu lugar social e lugar da sua produção, o que permitirá entender as representações presentes no texto literário, contribuindo para o posicionamento crítico dos alunos, tanto na inter-relação, quanto escrita.

Outra possibilidade de uso do texto literário no ensino de História pode ser pensada na comparação com as fontes históricas, para perceber as diferenças e semelhanças quanto à representação de uma realidade histórica, tornando possível desvendar as lacunas que porventura um ou outro possa apresentar. Além desta, outra forma de pensar a uso da literatura no ensino de história, faz-se pertinente quando são significados como recurso didático, obra literária diversa que tem como ponto de abordagem uma temática comum, podendo o professor questionar: por que os escritores construíram representações diferentes sobre uma mesma temática? O que pode ser verificado nos romances regionalistas de Rachel de Queiroz “O quinze” (1930) e o romance de José Américo de Almeida “A bagaceira” (1928) que tematizam a seca no Nordeste a partir de horizontes diversos.

Embora ambos os romances focalizem o drama vivenciado pelos retirantes por causa da estiagem, representando uma imagem empobrecida do povo nordestino, enquanto vítima da estiagem. E, como fala Durval Muniz (1996): “A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir da seca e do deserto, ignorando-se todas as áreas úmidas existentes em seu território. A retirada, o êxodo que ela provoca, estabelece uma verdadeira estrutura narrativa...” (p. 121).

O discurso da seca, presente no romance regionalista pontua-se como representação da região nordestina, dando-lhe identidade que torna perceptível o recorte à região chamada de Nordeste, que é reconhecida pelas demais regiões a partir da seca.

As diferenças entre José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz se apresentam quanto às formas sociabilidades, no primeiro caso há a transição entre a patriarcal e a burguesa, já no romance O quinze de Rachel de Queiroz, tem-se uma maior ênfase na retração da classe patriarcal.

Esses dois romances pertencem ao ciclo de temas regionais, em que uma literatura crítica orientada pelo professor permite uma reflexão sobre o momento histórico o qual estão inseridas as obras literárias permitindo uma discussão crítica por parte dos alunos sobre a construção das imagens sobre o Nordeste na década de 30, questionando os interesses que marca os escritores a elaborar tais representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, as discussões feitas até aqui, giraram em torno da reflexão sobre as possibilidades de uso da literatura no ensino de história, com o objetivo de contribuir para a crescente

discussão sobre estas possibilidades. E, neste sentido, faz-se pertinente considerar que a crescente apropriação do discurso literário como recurso didático tem sido fundamental nas contribuições teóricas dos estudos culturalistas, principalmente sobre a relação História e Literatura, no qual enfatizam a idéia de representação. Além disto, a postura pós-crítica do currículo tem servido de base teórica para o uso do texto literário em sala de aula pelos professores de História.

Portanto, entre os adeptos da apropriação dos produtos culturais como recurso didático, justificam pela percepção destes produtos participam da vivência dos alunos, e sua problematização em sala de aula incita a participação dos alunos, tornando mais dinâmico o processo de ensino-aprendizagem. Assim, é também justificado o uso da literatura no ensino de História, ao ser considerado elemento de tradução da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Editora Cortez, 1999.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações, Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- CULLER, Jonathan. Teoria literária/ Jonathan Culler; Tradução Sandra Vasconcelos._ São Paulo: Beca Produções culturais Ltda. 1999.
- FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. IN: Foucault, a filosofia e a literatura./ Roberto Machado/ Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editora, 2001.(Anexo).
- FREITAS, Maria Tereza de. Literatura e história: o romance revolucionário de André Malraux. São Paulo: Atual, 1996
- MACHADO, Roberto. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editora, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. Como usar o cinema em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.
- PEREIRA, Simone Luci. História e música: algumas considerações. Caderno de história, São Paulo, n. 1, p. 09-36, junho, 2000.
- PENSAVENTO, Sandra Jathay. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- STEPHAOU, Maria. Currículos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. Revista brasileira de história, São Paulo, n. 36, p. 15-38, 1998.